

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.551.304 - PR
(2019/0223378-9)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
EMBARGANTE : LUCIA IVETE MIERZVA
EMBARGANTE : MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA
EMBARGANTE : JOAO LUIZ ARZENO DA SILVA
ADVOGADOS : MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA (EM CAUSA PRÓPRIA) - PR019095
JOAO LUIZ ARZENO DA SILVA (EM CAUSA PRÓPRIA) - PR023510
EMBARGADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Cuida-se de embargos declaratórios opostos por **Lucia Ivete Mierzva e outros** contra decisão que negou provimento ao agravo em recurso especial, porquanto ausente a omissão do acórdão regional, bem como incidentes as Súmulas 283/STF e 7/STJ (fls. 419/427).

Em suas razões, a parte embargante defende que o *decisum* restou obscuro ao ratificar o entendimento de que a opção formal do servidor pela contagem em dobro de período de licença-prêmio para efeito do abono de permanência é irretratável, afinal tanto a aposentadoria, quanto a opção de permanecer em atividade do servidor não são irrenunciáveis (fl. 429). Aduz que, em se considerando que o abono de permanência tem como fato gerador a condição fática subjacente ao direito de inativação do servidor, ou seja, a possibilidade efetiva de o servidor optar ou não por se aposentar a qualquer momento (fl. 430), merece ser esclarecida a sua alegada irretratabilidade.

Acrescenta que o julgado é omissivo, na medida em que não houve manifestação a respeito do fato de ser indevido e incabível compensar um benefício de 100% (licença-prêmio) sobre o valor da última remuneração do servidor público com outro de apenas 11% (abono de permanência) sobre o valor da remuneração à época, cuja proporção será inferior, sob pena de enriquecimento ilícito por parte da Administração Pública em, no mínimo, 89% (oitenta e nove por cento) do valor devido aos servidores substituídos, conforme se explicitou detalhadamente no curso processual. No mesmo diapasão, a r. decisão também é omissa, já que não houve o enfrentamento

Superior Tribunal de Justiça

do pedido subsidiário de abatimento do benefício econômico auferido pelos servidores substituídos a título de abono de permanência (fl. 430).

Insurge-se contra a aplicação do verbete nº 7 da Súmula do STJ, argumentando que *a questão sobre a possibilidade de conversão em pecúnia de licença-prêmio não gozada e não contada em dobro para aposentadoria já foi amplamente discutida no âmbito do STJ, pacificando-se o entendimento de que o pagamento é devido, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração* (fl. 431). Colaciona julgados.

Requer a atribuição de excepcionais efeitos infringentes aos aclaratórios, complementando-se a decisão embargada para dar provimento ao Agravo em Recurso Especial interposto.

Sem contrarrazões (fl. 440).

É o relatório.

A insurgência, todavia, não comporta acolhida.

Consoante o previsto no artigo 1.022 do Novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição ou omissão do acórdão atacado ou, ainda, para correção de erro material, não se revelando meio idôneo para fazer prevalecer o entendimento da parte embargante quanto à matéria já decidida.

Essa é a razão pela qual a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que *"os embargos de declaração têm a finalidade simples e única de completar, aclarar ou corrigir uma decisão omissa, obscura, contraditória ou que incorra em erro material, afirmação que se depreende dos incisos do próprio art. 1.022 do CPC/2015. Portanto, só é admissível essa espécie recursal quando destinada a atacar, especificamente, um desses vícios do ato decisório, e não para que se adegue a decisão ao entendimento dos embargantes, nem para o acolhimento de pretensões que refletem mero inconformismo, e menos ainda para rediscussão de matéria já resolvida"* (EDcl no AgRg no AREsp 859.232/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/05/2016, DJe 31/05/2016).

No mesmo sentido, confirmam-se, dentre outros:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA UNILATERAL. RESERVA DE VAGA NEGADA PELA ADMINISTRAÇÃO COM AMPARO NOS DECRETOS FEDERAIS 3.298/1999 E 5.296/2004. POSSIBILIDADE. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Os Embargos de Declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou erro material existente no julgado.

2. Excepcionalmente, o Recurso Aclaratório pode servir para amoldar o julgado à superveniente orientação jurisprudencial do Pretório Excelso, quando dotada de efeito vinculante, em atenção à instrumentalidade das formas, de modo a garantir a celeridade e a eficácia da prestação jurisdicional e a reverência ao pronunciamento superior, hipótese diversa da apresentada nos presentes autos.

3. Com efeito, no caso em apreço, não se constata a presença de qualquer vício a macular o acórdão embargado, que, de forma clara asseverou que, a tramitação de projeto de lei para enquadrar o portador de surdez unilateral como deficiente físico para todos os fins, inclusive reserva de vagas em concurso, não tem o condão de alterar o entendimento dessa Corte acerca da vigente disciplina legislativa da matéria, que não contempla o direito invocado.

4. Isso porque o Decreto 5.296/2004 alterou a redação do art. 4º, II, do Decreto 3.298/1999 - que dispõe sobre a Política Nacional para Integração de Pessoa Portadora de Deficiência - e excluiu da qualificação deficiência auditiva os portadores de surdez unilateral.

5. Com essa compreensão, o STJ, alinhando-se ao entendimento do Supremo Tribunal Federal (MS 29.910/AgRg, DJe 1.8.2011), concluiu, através de sua Corte Especial, que o candidato em concurso público com surdez unilateral não tem direito a participar do certame na qualidade de deficiente auditivo (MS 18.966 /DF, Rel. Min. CASTRO MEIRA, Rel. p/ acórdão Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 20.3.2014).

6. Não se constatando a presença de quaisquer dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC/2015; a discordância da parte quanto ao conteúdo da decisão não autoriza o pedido de declaração, que tem pressupostos específicos, os quais não podem ser ampliados.

7. Embargos de Declaração rejeitados.

Superior Tribunal de Justiça

(EDcl no AgRg no RMS 39.528/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/06/2016, DJe 22/06/2016)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. VÍCIOS DO ART. 1.022 DO NCPC. INTEMPESTIVIDADE DE SEGUIDOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL.

1. *Quarto embargos de declaração recebidos como agravo regimental, em obediência aos princípios da economia processual e da fungibilidade. EDcl no AgRg no REsp 1.208.878/SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 30.5.2011.*

2. *A transmissão eletrônica das peças recursais é de inteira responsabilidade do causídico que representa as partes que assumem o risco ao deixar para os minutos finais seu envio.*

3. *Conforme verificado no sítio desta Corte, não consta indisponibilidade do sistema, por mais de sessenta minutos, nos dias do vencimento do prazo dos dois embargos de declaração opostos fora do prazo.*

4. *Os embargantes, na verdade, não apontam nenhuma omissão, contradição, obscuridade ou erro material nas razões dos embargos de declaração. Buscam tão somente a modificação do decidido no acórdão recorrido, o que é inviável. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, mas improvido.*

(EDcl nos EDcl nos EDcl nos EDcl no AREsp 623.971/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/04/2016, DJe 09/05/2016)

No presente caso, não há qualquer vício a ser sanado.

Com efeito, o *decisum* ora atacado dirimiu, de forma objetiva e fundamentada, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos presentes autos. Consoante consignado, de uma atenta leitura do voto condutor do aresto regional constatou-se que remanesceu íntegro o fundamento do acórdão recorrido segundo o qual *não é dado ao presente juízo alterar o conteúdo da sentença transitada em julgado. Não é dado impor ao requerido uma condenação mais ampla do que aquela contida expressamente no título que se executa. Por conseguinte, não há como o presente juízo condenar o INSS, nessa etapa processual, a acolher eventuais pedidos de desistência do abono de permanência, a fim de que os servidores*

Superior Tribunal de Justiça

respectivos optem então pela conversão do valor de licenças-prêmio em pecúnia (licenças-prêmio já levadas em consideração para fins de obtenção do referido abono). Daí a incidência do óbice da Súmula 283/STF. Ademais, a desconstituição da premissa lançada pela instância ordinária, segundo a qual não há como os servidores que já empregaram tais períodos de licença prêmio para outros fins obter, nesse feito, a conversão em pecúnia, demandaria o reexame de matéria de fato (Súmula 7/STJ).

Assim, não podem ser acolhidos embargos declaratórios que traduzem, na verdade, o inconformismo da parte embargante com a decisão tomada, pretendendo rediscutir o que já foi decidido. Nesse panorama, inexistente qualquer obscuridade, contradição ou omissão no julgado embargado, conforme exige o art. 1.022 do CPC, impõe-se a rejeição dos presentes embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator